LEI N° 498/86

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO
MUNICIPAL

O Povo do Município de Ouro Branco por
seus representantes aprovou e eu, em seu nome sanciono a seguinte
Lei:

TÍTULO I

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS DO ESTATUTO

Art. 1º - Este Estatuto dispõe sobre o
pessoal do Magistério Público Municipal de Ouro Branco, com os
seguintes objetivos:

- I - Estabelecer o regime jurídico do pessoal do Quadro de Magistério;
- II - Incentivar a profissionalização do pessoal do Magistério;
- III - assegurar uma remuneração ao pessoal do Quadro do Magistério Municipal que seja condizente com a de outros profissionais de idêntico nível de formação;
- IV - garantir a promoção na carreira de acordo com o aperfeiçoamento profissional e tempo de serviço.

CAPÍTULO II

DO MAGISTÉRIO COMO PROFISSÃO

Art. 2º - O exercício do magistério inspirar-se-á nos seguintes princípios e valores:

- I - respeito aos direitos humanos;
- II - amor à liberdade;
- III - reconhecimento do significado social e econômico da educação para o desenvolvimento do cidadão e do País;-
- IV - auto-aperfeiçoamento como forma de realização pessoal e

de serviço ao próximo;

- V - empenho pessoal pelo desenvolvimento do educando;
- VI - respeito à personalidade do educando;
- VII - desenvolvimento comunitário para que a escola seja o agente de integração e desenvolvimento do ambiente social;
- VIII - consciência cívica e respeito às tradições e ao patrimônio cultural do País.

TITULO II
DA ESTRUTURA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL

CAPITULO I
DO QUADRO DO MAGISTÉRIO

Art. 3º - O quadro do Magistério é constituído de:

- I - professores;
- II - especialistas em Educação.

Art. 4º - Os professores e especialistas que POSSUAM habilitação específica para nível de sua atuação pertencerão ao Quadro Permanente.

Art. 5º - Integram o Quadro Suplementar as categorias, de professores e Especialistas, cujos ocupantes não possuam habilitação específica.

Parágrafo Único - Os professores e especialistas integrantes do Quadro Suplementar terão prazo estipulado pelo órgão Municipal de Educação (OME) para obterem a habilitação específica de seu cargo.

CAPITULO II
DA CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS
SEÇÃO I - DO PROFESSOR

Art. 6º - são as seguintes as categorias dos professores:

- I - professor Municipal QP1
- II - professor Municipal QP2
- III - professor Municipal QS1

IV - professor Municipal Qs2

Art. 7º - Para provimento do cargo de professor QP1, exige-se habilitação específica de 2º Grau.

Art. 8º - Para provimento do cargo de professor QP2, exige-se habilitação específica de 2º Grau, acrescida de estudos adicionais de, no mínimo, um ano de duração ou licenciatura.

Art. 9º - Para o provimento do cargo de professor Qs1, exige-se formação ao nível de 4a. série do 1º Grau e curso de treinamento específico.

Art. 10 Para provimento do cargo de professor Qs2, exige formação a nível de 8a. série do 1º Grau e curso de treinamento específico.

Art. 11 - Integram, ainda, o Quaãro de Magistério Municipal os seguintes cargos, de provimento em comissão vinculadosà organização administrativa da Prefeitura Municipal:

- I - Diretor do Departamento de Educação e Cultura;
- II - chefe de Ensino;
- III encarregado de Merenda Escolar.

Art. 12 - são especialistas em Educação:

- I - Administrador Escolar Municipal QP1,
- II - supervisor Escolar QP2;
- III - administrador Escolar Municipal QS1;
- IV - administrador Escolar Municipal QS2.

Art. 13 - Para provimento dos cargos de Administrador Escolar Municipal ou Supervisor Escolar Municipal, exige-se habilitação específica obtida em curso de curta duração.

Art. 14 - Para o provimento dos cargos de Administração Escolar QS1 e QS2, exige-se formação a nível de

2º Grau, mais cursos intensivos e treinamentos.

TÍTULO III
DO REGIME FUNCIONAL
CAPÍTULO I
DO PROVIMENTO
SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 - Os cargos do Magistério Municipal são acessíveis a todos que, habilitados em concurso público, preencham os requisitos gerais e específicos estabelecidos neste Estatuto e na legislação pertinente.

SEÇÃO II DO CONCURSO

Art. 16 - O concurso obedecerá às condições e requisitos estabelecidos no respectivo edital, atendidas as normas constantes deste Estatuto.

Art. 17 - Além de outras informações julgadas necessárias, o edital conterá obrigatoriamente:

- I - Categoria, número e lotação dos cargos a serem preenchidos;
- II - remuneração e jornada de trabalho;
- III - documentos exigidos para a inscrição no concurso;
- IV - programas das provas;
- V - data, local e horário de realização das provas;
- V~ - critérios de aprovação e de classificação dos candidatos.

Art. 18 - O resultado do concurso será homologado no prazo máximo de noventa dias, a contar de sua realização, e será publicado no órgão oficial.

Parágrafo Único - É (dois) anos, no máximo, o prazo de validade dos concursos públicos, a contar da data de sua homologação.

SEÇÃO III - DA NOMEAÇÃO

Art. 19 - A nomeação para cargos da classe

inicial de professor e de Especialista de Educação depende de habilitação legal e de aprovação e classificação em concurso público de provas e títulos.

Art. 20 - A nomeação obedecerá a ordem de classificação em concurso.

Parágrafo primeiro - Dentre os candidatos aprovados, os classificados até o limite das vagas: têm assegurado o direito à nomeação.

Parágrafo Segundo - Não ocorrendo a posse do titular de direito, a nomeação será automaticamente deferida aos demais candidatos, obedecida a ordem de classificação.

Parágrafo Terceiro - O ato da nomeação será expedido no prazo de trinta dias, contados da data da homologação do concurso ,

Parágrafo Quarto- A nomeação não terá efeito de vinculação permanente, do professor ou do Especialista em Educação, ao mesmo órgão ou unidade de ensino.

Art. 21 - A nomeação será feita em caráter efetivo , sujeitando-se, porém o funcionário, ao estágio probatório.

Art. 22 - Durante o estágio probatório o professor ou o Especialista de Educação, no exercício das atribuições do cargo, deverá satisfazer os seguintes requisitos:

- I- assiduidade;
- II - pontualidade;
- III - disciplina;
- IV - eficiência.

Parágrafo Primeiro - A verificação dos requisitos previstos neste artigo será feita no prazo de dezoito meses de efetivo exercício, observadas as normas expedidas pelo OME (Órgão Municipal de Educação)

Parágrafo Segundo - Será exonerado, após sindicância, o funcionário que não satisfizer os requisitos do

estágio probatório.

Art. 23 - Será estabilizado, após 2 (dois) anos de exercício, o professor ou o Especialista de Educação que satisfizer os requisitos do estágio probatório.

CAPITULOII DA CONTRATAÇÃO

Art. 24 Dar-se-á a contratação temporária para exercício provisório das atribuições específicas do cargo de magistério, durante a ausência, até o provimento do cargo sob regime jurídico da C.L.T.

Art. 25 - A contratação ocorrerá:

- I - No caso da vacância do cargo, se não houver candidato a provado em concurso e ainda não nomeado.
- II - em caso de afastamento do titular do cargo.

Art. 26 - A contratação dar-se-á pelo prazo de um ano, prorrogável, no máximo, por mais um ano.

Art. 27 - O salário do contratado terá por Base o valor inicial da categoria correspondente à habilitação exigida para o desempenho das atribuições que lhe forem cometidas

Art. 28 - Considerar-se-á automaticamente rescindido o contrato em caso de reassunção do titular ou de posse do nomeado.

CAPITULOIII DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 29 - A progressão funcional é a promoção ou a passagem do Professor ou Especialista de Educação para grau imediatamente superior a que pertence, dentro da mesma categoria funcional, considerando o tempo de exercício e avaliação de títulos.

Parágrafo Único - Para fins do artigo serão os graus designados pelas letras A,B,C,D,E,F,G,H e I

Art. 30 - A progressão depende de apuração do efetivo exercício, no mesmo grau, pelo período mínimo de 3 (três) anos, bem como da avaliação de desempenho.

Parágrafo Primeiro - Para a avaliação de desempenho, além do efetivo exercício das atribuições específicas da classe respectiva, poderão ser consideradas ainda:

- I - A regência de turma da 1ª série no ensino de 1º Grau;
- II - a regência de turma multiseriada de 1º Grau;
- III - o efetivo exercício do magistério em locais inóspitos ou de difícil acesso;
- IV - a conclusão de cursos ou estágio de aperfeiçoamento, especialização, extensão ou atualização, instituídos ou reconhecidos para tal efeito pelo Sistema;
- V - a publicação de livros e trabalhos julgados de interesse para a educação e a cultura;
- VI - o exercício de cargos de chefia ou direção, de natureza técnico-pedagógica.

Parágrafo Segundo - O professor ou Especialista de Educação será automaticamente promovido ao nível final da classe a que pertencer, se comprovar trinta anos de efetivo exercício de magistério, o do sexo masculino, ou vinte e cinco anos de efetivo exercício de magistério, o do sexo feminino.

Art.31 - A progressão dar-se-á em 30 de junho e independe do número de vagas.

Parágrafo Único - O ato de progressão funcional é de competência do Prefeito Municipal, podendo este delegar a atribuição, considerados os graus estabelecidos no art. 28.

CAPITULO IV DA TRANSFERENCIA

Art. 32 - Dar-se-á transferência:

- I - De um cargo de professor para um de Especialista em Educação e vice-versa;
- II - de um cargo de professor para outro da área de estudos diferentes;

III - de um cargo de Especialista em Educação para outro dentro da mesma categoria funcional.

Parágrafo Único - A transferência será atendida, a pedido do servidor, mediante a titulação específica, atendendo à conveniência do serviço e à existência de vagas.

Art. 33 - Não terão direito à transferência os professores e Especialistas:

I - Que estejam em gozo de licença não remunerada;

II - que estejam afastados das atividades do magistério.

CAPITULO V DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 34 - Poderá ser substituído, em caráter de emergência, o professor que se afastar de suas funções em virtude de doença ou por qualquer motivo de ordem legal.

Art. 35 - A substituição será obrigatória quando o afastamento for superior a 15 (quinze) dias, cabendo ao dirigente da escola a indicação do substituto.

Art. 36 - Não havendo professor disponível classificado em concurso, far-se-á a substituição por meio de:

I - professor do quadro, com disponibilidade de carga horária, percebendo aulas em substituição a título de horas-extras;

II - professor estranho ao quadro, de preferência com a mesma habilitação, contratado pelo prazo da substituição.

TITULO IV DA POSSE E DO EXERCÍCIO CAPITULO I DA POSSE

Art. 37 - Haverá posse, em cargos de magistério, nos casos de nomeação.

Art. 38 - A posse dar-se-á no prazo de 30 dias, contados da data de publicação do ato de nomeação.

Parágrafo Primeiro - Antes de esgotado o prazo de que trata este artigo, o interessado poderá requerer sua prorrogação por mais 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo - Se, por omissão do interessado, a posse não se der em tempo hábil, o ato de provimento ficará automaticamente sem efeito e o concursado só terá direito a nova oportunidade após nomeação do último candidato classificado.

Art. 39 - A posse será dada pelo responsável pelo OME ou autoridade delegada, observadas as exigências legais e regulamentares para a investidura no cargo.

CAPITULO II DO EXERCICIO

Art. 40 - O local de exercício será determinado pelo responsável pelo OME.

Art. 41 - O servidor iniciará o exercício do cargo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da posse, prorrogável, uma vez, por igual período, a juízo do responsável pelo OME.

Art. 42 - O início, a interrupção e o reinício do exercício serão comunicados ao órgão de pessoal do OME, pelo dirigente da Escola ou setor em que o servidor esteja lotado, para efeito de registro em sua ficha individual nos setores competentes.

TITULO V DA MOVIMENTAÇÃO DO PESSOAL CAPITULO I - DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 43 - A movimentação do pessoal do magistério é feita mediante lotação, readaptação ou remoção.

CAPITULO II DA LOTAÇÃO

Art. 44 - A lotação consiste na indicação do órgão de ensino ou unidade escolar em que o ocupante do cargo de magistério deve ter exercício.

Art. 45 - Quando o ocupante de cargo do magistério tiver exercício em mais de uma escola, considerar-se-a lotado naquela em que prestar maior número de horas de trabalho.

Art. 46 - A alteração de lotação será feita

- I - A pedido do funcionário;
- II - "ex-offício", por conveniência do ensino.

CAPITULOIII DA READAPTAÇÃO

Art. 47 - Readaptação e a investidura do funcionário em cargo mais compatível com sua capacidade, em virtude de alteração no seu estado de saúde.

Parágrafo Único - A readaptação depende de laudo médico oficial, que conclua pelo afastamento temporário ou definitivo do funcionário do exercício das atribuições específicas de seu cargo.

Art. 48 - A readaptação dar-se-á a pedido ou "ex-offício" e, em nenhuma hipótese, implicará em redução da remuneração do funcionário.

CAPITULOIV - DA REMOÇÃO

Art. 49 - A remoção para determinada Unidade Escolar, poderá ser feita

- I - A pedido do funcionário, ou
- II - "Ex-offício", por conveniência do ensino.

TITULO VI - DO-REGIME DE TRABALHO

Art. 50 - O professor de ensino regular ou

supletivo, em-caráter polivalente, com exercício nas quatro séries iniciais do primeiro Grau e nas classes de Educação Pré-Escolar, terá seu horário de trabalho fixado em 20 (vinte) horas semanais.

Art 51 - O professor com exercício nas 04 (quatro) últimas séries do primeiro Grau, terá seu horário de trabalho sujeito ao regime de salário-aula, considerando-se os módulos abaixo discriminados:

- a) - Carga horária de 20 (vinte) horas semanais;
- b) - Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Primeiro - A hora-aula tem duração de 50 (cinquenta) minutos.

Parágrafo Segundo - Em cada Escola a carga de horas-aula será distribuída equitativamente entre os professores da mesma área de estudo, disciplina ou atividade especializada.

Parágrafo Terceiro - Excedido o limite de horas-aulas, o professor fará jus a pagamento proporcional ao trabalho adicional.

Art. 52 - O Especialista em Educação terá a sua carga horária de trabalho fixada em 20 (vinte) horas semanais.

TITULO VII
DOS DIREITOS
CAPITULO I
DAS FÉRIAS

Art. 53 - O ocupante de cargo do magistério gozará de férias anualmente, 60 (SESSENTA) dias, coincidentes com as férias escolares, sendo 30 (trinta) consecutivos e 30 (trinta) segundos que dispuser o órgão próprio do Sistema.

Parágrafo Único - Não é permitido acumular

férias, nem levar a sua conta qualquer falta ao trabalho.

Art. 54 - Aplica-se ao ocupante de cargo do magistério o disposto na legislação municipal referente a férias-prêmio.

CAPITULO II
DAS LICENÇAS
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 55 - Ao ocupante de cargo do magistério conceder-se-ã licença:

- I - Para tratamento de saúde;
- II - por motivo de doença em pessoa da família;
- III para repouso, ã gestante;
- IV Para tratar de interesse particular.

Parágrafo Único - Será considerado de efetivo exercício o tempo de afastamento por licença concedido na forma dos incisos I, II e III deste artigo.

SEÇÃO II
DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 56 - A licença para tratamento de saúde depende de inspeção médica oficial e será concedida pelo prazo indtcado no respectivo laudo ,

Parágrafo Único - Findo o prazo de licença, haverá nova inspeção e o laudo concluirá pela prorrogação pela volta ao serviço ou pela aposentadoria.

Art. 57 - Terminada a licença, o funcionário ressumirá imediatamente o exercício, ressalvados os casos de prorrogação ou aposentadoria, sob pena de se apurarem como faltas injustificadas os dias de ausência.

Parágrafo único - O pedido de prorrogação

deverá ser apresentado antes de findo o prazo de licença.

Art: 58 - O gozo da licença será comunicado pelo funcionário a chefia imediata, indicando-se a sua duração

Art. 59 - No decurso da licença, o servidor abster-se-á de qualquer atividade remunerada, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

SEÇÃO III

DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 60 - O funcionário poderá obter licença, por motivo de doença em pessoas de sua família, desde que prove ser indispensável a sua assistência ao doente e que esta não possa ser prestada concomitantemente com o exercício das atribuições do cargo.

Parágrafo Primeiro - Consideram-se pertencentes à família do funcionário, para efeito do disposto nesta Seção, além do cônjuge, dos filhos e dos pais, as pessoas que vivam às suas expensas e constem de ser assentamento individual como dependente.

Parágrafo Segundo - A comprovação da doença e da necessidade de assistência ser feita por laudo de serviço médico oficial.

SEÇÃO IV

DA LICENÇA A GESTANTE

Art. 61 A funcionária gestante será concedida licença pelo prazo de 3 (três) **meses**, mediante laudo médico oficial.

Parágrafo Único - A licença será concedida a partir do oitavo mês de gestação, salvo prescrição médica em

contrário. <.

SEÇÃO V

DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 62 - O funcionário poderá obter licença para tratar de interesses particulares, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, após 2 (dois) anos de efetivo exercício no cargo.

Parágrafo Primeiro - O requerente aguardará em exercício a concessão da licença.

Parágrafo Segundo - Será negada a licença quando inconveniente ao interesse do serviço.

Parágrafo Terceiro - O funcionário licenciado poderá, a qualquer tempo, desistir da licença e reassumir o exercício do cargo.

Parágrafo Quarto - Só poderá ser concedida nova licença depois de decorridos 2 (dois) anos do término da anterior.

Parágrafo Quinto - A licença para tratamento de interesse particular acarreta para o servidor a perda do salário e demais direitos e vantagens previstas neste Estatuto, no período de sua duração.

CAPÍTULO III

DAS CONCESSÕES

Art. 63 - Sem prejuízo de qualquer direito ou vantagem, o ocupante do cargo do magistério poderá faltar ao serviço por motivo de:

I - Casamento, até 8 (oito) dias;

II - falecimento do cônjuge, pais, filhos e irmãos até 8 (oito) dias

III - servir como jurado e outros obrigatórios por Lei.

Parágrafo Único - O motivo determinante da falta ao serviço será comprovado através de documento hábil.

CAPITULO IV DA ACUMULAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES

Art.64-É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções de magistério, exceto:

- I - A de juiz como cargo de professor;
- II - a de dois cargos de professor;
- III a de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

Parágrafo Único - A acumulação, de qual que forma, só sera, permitida quando houver correlação de matérias e compatibilidade de horários.

Art. 65 - A proibição de acumular estende-se a cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista da União, dos Estados e dos Municípios.

TITULO VIII

DOS VENCIMENTOS, VANTAGENS E INCENTIVOS

Art. 66 - O vencimento de pessoal do magistério será fixado por Lei, respeitados os níveis de habilitação exigíveis para o provimento de cada classe de cargos.

Art. 67 - O pessoal do magistério, além dos direitos, vantagens e concessões que lhe são extensivos pela condição de funcionário público, tem as seguintes vantagens e incentivos:

- I - Adicional de 10% (dez por cento) sobre o vencimento, por quinquênio de efetivo exercício;
- II matrícula de filho em estabelecimento oficial de ensino municipal, sem qualquer ônus;
- III - gratificação pela prorrogação de jornada de tra

IV auxílio ou patrocínio para publicação de trabalho considerado de valor para o ensino, para a educação ou para a cultura, com parecer favorável da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 68 - Será atribuída gratificação de 20% (vinte por cento) sobre o seu vencimento ou salários aos professores e Especialistas que exerçam suas funções em estabelecimento de ensino situados na zona rural ou em local de difícil acesso.

Parágrafo Primeiro Caberá à Secretaria Municipal de Educação indicar os locais a que se refere este artigo.

Parágrafo Segundo - A gratificação de que trata o presente artigo, cessará quando o servidor for transferido para outro estabelecimento que não apresente as condições previstas.

Art. 69 - Os servidores do magistério que assumiram cargos de Diretor ou Vice-Diretor de Unidade Escolar, farão jus à gratificação mensal de até 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo efetivo.

TITULO IX

DA APOSENTADORIA

Art. 70 - O ocupante do cargo do magistério será aposentado:

- I - Voluntariamente, se comprovar 30 (trinta) anos de magistério, o do sexo masculino, ou 25 (vinte e cinco) anos de magistério, o do sexo feminino;
- II-compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade;
- III por invalidez.

Parágrafo Primeiro - A aposentadoria por invalidez dar-se-á nos casos perda da capacidade, para o trabalho, comprovada mediante médico oficial.

Art. 71 - O funcionário fará jus a proventos integrais:

- I - Se comprovar trinta anos de magistério, o do sexo masculino, ou vinte e cinco anos de magistério, o do sexo feminino
- II - quando invalidade em consequência de acidente em serviço ou em virtude de doença profissional;
- III- quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, leucemia, cegueira, lepra e cardiopatia grave.

TITULO X
DA DIREÇÃO DA ESCOLA
CAPITULO I
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 72 - A direção da Escola, em seus aspectos pedagógicos e administrativos, será exercida por uma Diretoria.

Art. 73 - A Diretoria da Escola será exercida por um Diretor ao qual compete organizar, coordenar e dirigir as atividades pedagógicas e administrativas no âmbito da Unidade Escolar, sem prejuízo das funções normativas de supervisão e de controle a cargo da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Primeiro - A nomeação do Diretor recairá em ocupante estável de cargo do magistério, ou nele aposentado que tenha habilitação específica em administração escolar.

Parágrafo Segundo - Permitir-se-á que as funções de Diretor sejam exercidas por professores habilitados para o mesmo grau escolar, com experiência de magistério, quando a oferta de profissionais legalmente habilitados não bastar e atender ao que dispõe o parágrafo anterior.

Art. 74 - Em cada turno de funcionamento da escola, e sempre que o justificar a complexidade das tarefas, o Diretor será assistido por um Vice Diretor.

Art. 75 - O provimento do cargo de Diretor sera feito, de preferência, através de eleição em escrutínio direto e secreto, desde que atenda à realidade local.

Parágrafo Primeiro - O OME baixará as normas necessárias à regulamentação deste artigo.

Art. 76 - Em caso de vacância do cargo, ou ausência do titular, a direção da Escola será exercida por um Vice-Diretor, mediante designação do OME.

Art. 77 - Os Vice-Diretores serão designados pelo OME, mediante indicação do Diretor de Unidade Escolar.

Art. 78 - O Diretor, ou Vice-Diretor, poderá optar pelo vencimento do cargo efetivo, quando superior ao vencimento do cargo em comissão.

TITULO XI

DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 79 - O pessoal do magistério está sujeito ao regime disciplinar previsto para os funcionários da Prefeitura Municipal de Ouro Branco, e às normas contidas neste Estado e nos Regimentos Escolares.

Art. 80 - Além do disposto no artigo anterior, constituem deveres do pessoal do magistério:

- I - Elaborar e executar os programas, planos e atividades, na área de sua competência;
- II - cumprir e fazer cumprir os horários e calendários escolares,
- III - ocupar-se com zelo, durante o horário de trabalho, no desempenho das atribuições de seu cargo;
- IV - manter e fazer com que seja mantida a disciplina em sala de aula e fora dela;
- V - comparecer às atividades programadas e as reuniões para as quais for convocado.

- VI - zelar pelo bom nome da Unidade de Ensino,
- VII - avaliar o processo de ensino-aprendizagem, empenhando-se pelo seu constante aprimoramento,
- VIII - qualificar-se, permanente, com vista à melhoria de seu desempenho como educador,
- IX - respeitar alunos, colegas, autoridades de ensino e funcionários administrativos, de forma compatível com a missão de educador,
- X - cooperar com os superiores imediatos na solução dos problemas da administração escolar,
- XI - zelar pelo patrimônio Municipal, particularmente na sua área de atuação.

Art. 81 - Constituem, também, transgressões passíveis de pena para os funcionários do magistério:

- I - O não cumprimento dos deveres enumerados no artigo anterior
- II - a ação ou omissão que traga prejuízo físico, moral ou intelectual ao aluno;
- III - a imposição de castigo físico ou humilhante ao aluno;
- IV - o ataque que resulte em exemplo educativo para o aluno
- V - a prática de discriminação por motivo de raça, condição social, nível intelectual, credo ou (convicção política,
- VI - a alteração de qualquer resultado da avaliação, ressalva dos casos de erro manifesto, por ele declarados ou reconhecidos.

Art. 82 - Sujeita-se o pessoal do magistério as seguintes sanções disciplinares:

- I - Repreensão por escrito,
- II - suspensão,
- III - dispensa.

Art. 83 - As penalidades serão registradas no assentamento individual do servidor punido.

Art. 84 - são competentes para aplicação de penalidade:

- I - De repreensão por escrito, o chefe imediato do servidor;
- II - de repreensão, suspensão pelo prazo de 15 (quinze) dias, o responsável pelo OME ou dirigente e regional de ensino.
- III - de qualquer delas, o Prefeito Municipal.

Art. 85 - a regime disciplinar previsto Título para o pessoal do magistério estende-se aos servidores administrativos lotados em escolas ou em outros órgãos de ensino.

TÍTULO XII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 86 - Com fundamento no número de turmas, classes e alunos, o OME estabelecerá o modelo tipológico das escolas que servirão de base à quantificação dos cargos e funções necessárias ao desenvolvimento das atividades do ensino e de apoio ao processo educacional.

Art. 87 - As atividades de apoio ao processo educacional, nas áreas de suporte administrativo, saúde, nutrição, psicologia, assistência social e outras, serão exercidas por servidores do Quadro Geral de pessoal da Prefeitura, lotados no OME ou através de serviços especializados.

Art. 88 - O OME dará prioridade à qualificação do pessoal do magistério, programando anualmente atividades com vistas a atualizar e aperfeiçoar conhecimentos e métodos pedagógicos.

Art. 89 - A função do Coordenador pedagógico será exercida por servidor com habilitação em Supervisão Escolar.

Art. 90 - As atribuições de Secretário da Escola Municipal serão exercidas por servidores portadores de certificados de curso de Segundo Grau, no mínimo, e, preferencialmente, com curso de aperfeiçoamento ou treinamento específico.

Art. 91 - Aplicam-se, subsidiariamente ao pessoal do magistério, as normas previstas para os funcionários da Prefeitura Municipal de Ouro Branco.

Art. 92 - A Secretaria Municipal de Educação adotará medidas necessárias no sentido de implantar, gradativamente, nas Escolas, como elemento informativo e de apoio pedagógico.

Art. 93 O atual ocupante, em caráter efetivo, de cargo de magistério, será enquadrado em nível correspondente ao do Quadro de Magistério instituído nesta Lei.

Parágrafo Primeiro - O enquadramento a que se refere este artigo será feito com Base na correlação entre níveis de habilitação e de vencimentos, estabelecidos no Anexo 1 desta Lei.

Parágrafo Segundo - Para efeito de enquadramento ser~o considerados' os títulos que confirmam habilitação legal para o exercício das atribuições, atividades, área de estudo ou disciplina de que esteja oficialmente encarregado o funcionário.

Parágrafo Terceiro - Em nenhuma hipótese o funcionário será enquadrado em cargo de nível de vencimentos inferior àquele em que se encontra na data desta Lei.

Art. 94 - O atual servidor contratado para o exercício de funções de magistério será enquadrado em cargo do Quadro do Magistério, sujeitando-se ao estágio probatório previstos nos artigos 22 e 24, desde que comprove possuir na data desta Lei

I - Dois anos de efetivo exercício na função de magistério na Prefeitura Municipal de Ouro Branco;

II - habilitação legal.

Parágrafo Único - para efeito de inclusão do servidor no Quadro de Magistério e da determinação do respectivo nível de vencimentos, observar-se-á o disposto nos pa

grafos 1º e 2º do artigo anterior.

Art. 95 - Ao atual Diretor de Escola, não ocupante de cargo efetivo, fica assegurado o enquadramento em cargo do Quadro de Magistério correspondente à sua habilitação legal, desde que comprove dois anos de exercício na Prefeitura Municipal de Ouro Branco.

Parágrafo Único - para efeito de cumprimento desde artigo, será observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 93.

Art.96 - Dentro de 01 (um) ano, a contar da vigência desta Lei, a Administração Municipal transformará no regime definido nesta Lei o dos atuais Regente de Ensino Municipal, cuja atividade é exercida na Zona Rural, ou em unidade de Ensino Pré-Escolar, na Zona Urbana ou Rural, sob o regime da legislação trabalhista, em ambos os casos.

Parágrafo Único - Os valores de vencimento relativo aos cargos do sistema Municipal de Ensino, sob o regime estatutário, nos termos desta Lei, serão definidos em Lei Municipal, para o efeito de transformação do regime dos servidores Municipais, nos termos do "Caput" deste Artigo.

Art.97 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 1987.

Ouro Branco, 09 de dezembro de 1986.

FERNANDO DE OLIVEIRA SILVA
Prefeito Municipal

'ANEXO

SERIES DE CLASSES	ATRIBUIÇÕES
Diretor do Departamento de Educação e Cultura	Planejamento, administração e supervisão do sistema educacional da rede municipal em articulação com os demais órgãos da Administração Municipal, Avaliação do trabalho administrativo e pedagógico dos estabelecimentos de ensino da rede municipal; promoção do inter-relacionamento das Escolas com a Comunidade, através da realização de atividades prevista na Lei Municipal no que se refere ao seu cargo; fiscalizar o cumprimento das normas Baixadas pelos órgãos competentes.
Chefe de Ensino ou Diretor Escolar	Planejamento, avaliação de todo o trabalho escolar; reapresentação da escola perante aos órgãos de administração municipal e estadual, conforme o caso; cumprimento das determinações dos órgãos competentes atividades previstas no regimento escolar.
Vice-Diretor	substituição do Diretor em sua ausência e impedimentos; auxílio ao Diretor no desempenho de suas funções.
Encarregado de Merenda Escolar - EME	Assistência ao educando no Setor alimentar; orientação das cantineiras no preparo da merenda; representação do Departamento de Educação e Cultura junto aos órgãos estaduais do Setor; promoção de campanhas educativas de higiene e nutrição.

S11:RIEDE CLAS-
SES

ATRIBUIÇÕES

NO ÂMBITO DA ESCOLA: Supervisão no processo didático em seu triplice aspecto de planejamento, controle e avaliação; treinamento e apoio técnico-pedagógico aos professores;

NO ÂMBITO DA COMUNIDADE: motivação da comunidade rural, despertando-a para seu problema e tentando encontrar solução para os mesmos;

Supervisor Escolar QP2 NO ÂMBITO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA: assistência Técnica ao chefe do Departamento de Educação e cultura, auxiliando-o na elaboração de currículos e calendários escolares na organização de cursos de atualização para o corpo docente.

Secretária Escolar Escolar: organização, execução de todo o trabalho de registro escolar, expedição de documentos escolares, na área de sua competência; execução e controle das normas administrativas da Escola.

Professor Administrador Escolar Municipal QPI QSI QS2 Escolar: Regência efetiva de classe, elaboração de programas e planos de trabalho, controle e avaliação do rendimento escolar, recuperação de alunos, aperfeiçoamento, pesquisa educacional, participação ativa na vida da escola, fazendo desta uma célula integrada à comunidade local. Orientação, aconselhamento, sondagem de aptidões e encaminhamento do aluno em sua formação geral. Promoção do desenvolvimento integral familiar social e escolar, através de um ajustamento pessoal que possibilite vivência dos verdadeiros valores que significam o ser humano.

Ouro Branco, 06 de janeiro de 1987.

Of. nº ,04/87

Encaminha Documentos
Gabinete do Prefeito

Senhor Presidente,

Pelo presente, encaminhamos a V.Exa. cópia das seguintes Leis:

- 494/86 - Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1987;
- 495/86 - Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio de 1987/1989;
- 496/86 - Concede subvenções a diversas entidades;
- 497/86 - Concede reforço de subvenção;
- 498/86 - Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Municipal;
- 499/86 - Autoriza assinatura de convênios com a Secretaria de Estado do Trabalho Ação Social.

Atenciosamente,

Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

JACI COSTA

DD. Presidente da Câmara Municipal de
OURO BRANCO - MG